



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Rede credenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025

PERCEPÇÃO/VALIDAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA, ACERCA DO PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL DOS ALUNOS COM DOENÇAS CRÔNICAS(PADC)

Andrea Micaela Santos de Oliveira¹; Antonilma Santos Almeida Castro²

1.Andrea Micaela Santos de Oliveira, PROBIC/UEFS, LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, e-mail: asantosdeoliveira554@gmail.com

2.Antonilma Santos Almeida Castro, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: asacastro@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: doenças crônicas; protocolo de acompanhamento
educacional;inclusão escolar

INTRODUÇÃO

A percepção/validação dos professores da rede municipal de ensino sobre o Protocolo de Acompanhamento Educacional para Alunos com Doenças Crônicas (PADC) configurou-se ponto central desta pesquisa, tendo como principais objetivos analisar a percepção dos professores da rede básica de Feira de Santana acerca da viabilidade do PADC, identificar as potencialidades/fragilidades do documento. Este estudo evidencia, no âmbito da pesquisa, um objeto que tem presença ainda frágil, ou seja, a intersecção das áreas de educação e saúde, áreas que, infelizmente, ainda são pouco ou nada discutidas no âmbito da educação formal. Importante ressaltar que, teoricamente, o estudo se pautou na perspectiva socioantropológica de saúde/doença e na concepção democrática de educação. Justifica-se a realização deste estudo, porque se entender que focalizar a educação do aluno adoecido é mais que abordar um tema, é trazer à tona um problema, destacando sua relevância social e científica, por meio de discussões ligadas à prática e formação do docente. Entende-se ser necessária e urgente a discussão que centraliza o aluno cronicamente adoecido, em um movimento dialógico com os profissionais da educação, materializando momentos de escuta dos docentes dentro da ambiência escolar. Este estudo ainda se justifica por se considerar um dos aspectos que mais inquieta e provoca discussão na temática: a invisibilidade do aluno que vivencia a situação de adoecimento crônico no espaço da escola, destacando que essa invisibilidade pode trazer sérias consequências, desde o abandono pedagógico até a evasão escolar.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

A metodologia deste estudo foi fundamentada seguindo os princípios da pesquisa colaborativa (Ibiapina, 2008), com abordagem qualitativa, por meio da pesquisa de campo. Entende-se que “uma pesquisa colaborativa supõe a contribuição dos professores em exercício no processo de investigação (...)” (Ibiapina, 2008, p. 16). Sobre a abordagem qualitativa, “considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Desgagné, 2007, p. 9). No que diz respeito ao estudo de campo, conceitua-se como aquele que é utilizado com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 59). Pertinente esclarecer que a pesquisa, inicialmente, ocorreria em escolas da educação básica de Feira de Santana, porém durante o desenvolvimento da coleta de dados, observou-se que a pesquisa teria mais êxito sendo realizada no Centro Municipal de Educação Inclusiva Colbert Martins da Silva - CMEICMS. Isso porque, com a mudança de governo, na gestão municipal, houve dificuldade na localização dos dados sobre a presença/matricula de alunos com doenças crônicas nas escolas. Diante desse cenário, considerou-se melhor mudar o campo da pesquisa para o CMEICMS, espaço formativo direcionado a professores municipais que fazem atendimento nas salas multifuncionais, nas quais ocorre o atendimento educacional especializado-AEE. O estudo teve como colaboradores, os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II do AEE. A coleta foi realizada via entrevista, aplicação do questionário, *online*, pela plataforma *google-form* e sessão reflexiva. Responderam ao questionário *on-line* quarenta e cinco (45) professores, já na sessão reflexiva, colaboraram com a pesquisa setenta e sete (77). O campo de pesquisa, ou seja, o CMEICMS, constitui-se como espaço formativo, atendendo a professores e familiares de alunos com deficiências e outras necessidades educacionais específicas, contando com um núcleo de formação continuada. A análise dos dados, tomou como base os estudos relativos à análise do conteúdo, a partir dos estudos de Bardin (2011) e entendendo que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70). No decorrer da análise os colaboradores foram identificados com letras do alfabeto, colocadas em maiúsculo. Já as professoras que exercem a coordenação foram identificadas como PC, acompanhadas de numeral em ordem crescente.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Os dados revelaram ausência de informações sobre alunos com DC, essa ausência pode ser compreendida como uma marca da invisibilidade dos estudantes com DC na escola, seja pela falta de informação (relatório e parecer médico) não apresentados pela família, seja pela falta de registro na secretaria escolar. Essa dificuldade na localização de dados a respeito da presença de alunos com DC, revela a invisibilização dessa parcela da população no contexto educacional, apontada por diversos estudiosos, a exemplo de Castro (2014). No aspecto relacionado ao perfil sociodemográfico dos professores, verificou-se que todos os professores têm formação em Pedagogia. 48,9% dos professores está na faixa etária entre 40 a 50 anos, sendo essa a maior porcentagem.

Percebe-se que, quando se trata de docência no AEE, o público com mais de 40 anos é o mais presente. Outro dado relevante é o tempo de serviço dos professores. Isso porque, 26,7% dos docentes têm mais de vinte (20) anos de carreira; com esse mesmo percentual, ou seja, 26,7% dos professores têm de dez (10) a quinze (15) de serviço. Nesse contexto, pode-se inferir que na rede municipal de ensino, há baixa presença de professores jovens ou recém-formados para atuação na educação inclusiva, mais precisamente para o AEE. Aspecto que pode ser, provavelmente, explicado pela insegurança desses professores em assumir cargos e funções, nos quais irão lidar com estudantes com necessidades específicas. Na sessão reflexiva fala da professora “A”, corrobora tal explicação, dizendo que ao lidar com uma criança com DC, no início do trabalho em sala de aula, se sentia insegura. Isso reforça a compreensão do porquê da maioria dos professores do AEE ter mais de 40 anos e mais de quinze (15) anos de serviço. Público que exige experiência e formação continuada. Constatou-se ainda que a maioria dos professores que responderam ao formulário e participaram da sessão reflexiva são mulheres. Esse fenômeno, de raízes históricas, é explicado por diversos autores, como por exemplo, Carvalho (2018). Pelo questionário aplicado, foi possível perceber que 75,6% dos professores responderam sim para a viabilidade do documento. Sendo possível compreender que a maioria dos professores acreditam que o PADC é viável de execução. Esse dado corrobora as falas registradas durante a sessão reflexiva, na qual apontaram o documento como positivo para a Educação Inclusiva, afirmando que “O documento é o norteador, ele favorece o nosso processo formativo. Ele é mais um recurso para o professor ampliar as possibilidades produtivas com esse estudante (Professora A). Acreditam que um documento como o PADC, pode subsidiar as práticas pedagógicas docentes com relação ao aluno com doenças crônicas, visando a inclusão efetiva desse público. Entendem que esse documento se constitui como “um aparato considerado viável e um avanço para a Educação inclusiva no contexto municipal” (Professora B). Aspecto ressaltado por Albertoni (2021, p. 12), quando diz que “o ato de providenciar as condutas necessárias para a permanência de estudantes na escola colabora para ações de acolhimento com segurança”. Desse modo, a resposta positiva à viabilidade do PADC, mostra que a maioria dos professores se coloca aberta à discussão acerca de ações inclusivas na prática docente direcionada para com o aluno com DC. Com relação às sugestões/orientações para a inclusão do estudante na classe regular, 91,1% dos professores responderam que elas atendem à perspectiva pedagógica inclusiva, 6,7% dos professores responderam que o aspecto pode ser melhorado. A partir dos dados, constata-se que os professores validaram o PADC como um documento que tem condições de se constituir como uma proposta orientadora para as práticas pedagógicas da comunidade escolar direcionadas para o estudante com DC, embora tenham apontado ajustes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

A partir da exposição dos resultados, pode-se concluir que o (PADC) foi considerado viável e tido como um documento que pode nortear a prática pedagógica dos professores com esse alunado, embora ainda careça de alguns ajustes. O documento foi considerado dentro dos princípios da Educação Inclusiva e seus aportes teóricos foram validados pelos

docentes. As orientações/sugestões do PADC para classe regular foram em sua maioria aprovadas pelos docentes, destacam-se as orientações acerca do fomento da parceria entre Escola, Família e Unidade de Saúde, o diálogo humanizado da escola com a família e a tutoria/monitoria entre pares. Também foram valiosos os relatos de experiências apresentados na sessão reflexiva, os quais trouxeram sugestões para serem aderidas ao PADC. Evidencia-se a importância de levar esse documento para a validação dos professores, já que são eles que estão na linha de frente e que irão utilizar, junto aos alunos com DC, ademais contribuíram para o aperfeiçoamento e finalização do documento.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, Léa Chuster. Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Absenteísmo Escolar e Boas Práticas em Pedagogia Hospitalar. **Ensino em Revista**, [S. l.], v. 28, n. Contínua, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/60050>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo, São Paulo: Ed. 70, 2011.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2018. 67 p. (Série Documental. Relatos de Pesquisa; n. 41. ISSN 0140-6551). Disponível: <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/download/13733/209209212584/209209217678>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida. **Por uma lua inteira**: O processo de reinserção escolar do aluno com anemia falciforme após crise, com foco nas ações pedagógicas. Salvador/Ba, 2014. 280 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.

DESGAGNÉ, Serge. O conceito de pesquisa colaborativa: a idéia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 29, n. 15, p. 7-35, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/4443/3629/10402>. Acesso em: 7 maio. 2024.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.